6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA,
REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 20 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos dar início à apresentação do economista e Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, que é um profissional de carreira, com 30 anos de experiência no IBGE, hoje Presidente da Instituição, tem uma grande formação na área de estudos estatísticos, econométricos, e seguramente fará uma apresentação que ajudará a nossa reflexão.

Nós estamos retomando essas audiências técnicas que precede a Reunião Ordinária da Comissão exatamente para enriquecer a discussão do Senado Federal.

Então a idéia é apresentar o retrato do Brasil, a visão do IBGE a partir de todas as pesquisas na área econômica, sociais e demográficas que o IBGE realiza, fazer essa apresentação para os nossos Senadores aqui da Comissão de Assuntos Econômicos.

Então vamos dar início, depois nós deixaremos as informações para os Senadores interessados, e quero solicitar, portanto, ao Eduardo Pereira Nunes o início da sua apresentação e agradecer a pronta resposta que deu à Comissão de Assuntos Econômicos para essa nossa reunião técnica. Agradeço e vamos dar início à nossa Sessão.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Exmºs Senadores, senhoras e senhores, muito bom dia. Atendendo à solicitação do Senador Aloizio Mercadante, eu preparei essa apresentação e como o título dela indica, eu selecionei alguns indicadores sobre a economia brasileira, aspectos referentes aos indicadores sociais e demográficos do nosso País.

Começarei pelos indicadores econômicos. O primeiro deles, desses indicadores diz respeito à performance da economia no último ano, do ano de 2007, e como já é do conhecimento de todos o IBGE, na semana passada, divulgou o resultado da economia brasileira, e nesta divulgação divulgou a evolução da nossa economia apresentando uma taxa de crescimento no ano de 2007, equivalente a 5,4% de crescimento contra 3,8 registrado no ano de 2006. Então, esse já é um indicador importante, porque revela um movimento ascendente da economia brasileira.

Esse slide seguinte ele dá uma idéia da evolução histórica da nossa economia ao longo dos últimos anos, desde 96, e nós podemos perceber que nos últimos anos, praticamente na década de 2000 o ritmo de crescimento da economia brasileira vem se acelerando, e se nós fizermos uma análise dos últimos dez anos com uma média de 2,8 e depois dos últimos cinco anos observamos que essa média passa para 3,8. Isso é muito importante porque também contribui para que haja um crescimento real da renda per capita no País. Embora seja um cálculo aritmético é importante que nós vejamos essa evolução. É a produção da economia em relação ao total da população.

Olhando esses resultados e identificando os principais segmentos que contribuíram para o crescimento da economia, nós temos esse quadro aqui que divide a análise econômica nas duas perspectivas. A da oferta e da demanda. Pelo lado da oferta, se olharmos o último trimestre do ano de 2007 vis-à-vis o trimestre anterior, nós vamos observar que o crescimento de 1,6% que pode parecer pequeno, mas é um crescimento num único trimestre, ele é atribuído predominantemente à atividade de serviços e atividade industrial, e pelo lado da demanda os principais componentes que contribuíram para esse crescimento foi o consumo das famílias, e a formação de capital que dá a idéia do investimento realizado no País. Também temos as importações, mas como a própria cor desse slide indica, está sinalizado em cor vermelha, justamente porque o volume de importação representa saída de recurso e, portanto, conta negativamente para efeito de cálculo do Produto Interno Bruto. Então no último trimestre a economia cresceu 1,6. Se nós olharmos essa evolução comparando um trimestre contra o mesmo trimestre do ano anterior à taxa de crescimento já é de 6,2 e aí quando estamos olhando um período mais longo, o que nós observamos é que o setor agropecuário tem um peso muito importante no crescimento da economia, pelo lado da oferta e pelo lado da demanda o consumo das famílias, o investimento das empresas são dois componentes importantes, crescendo 8 e 16% de um trimestre contra o mesmo do ano anterior, entretanto observamos também a aceleração do ritmo de crescimento das importações efetuadas no País.

Olhando a taxa para o conjunto do ano, uma taxa acumulada, aquele crescimento de 5,4% é então distribuído por todas as atividades. Embora eu tenha aqui a agropecuária como sendo a que mais cresce, nós observamos que também atividade industrial e também a atividade de serviços cresceram de forma expressiva pelo lado da oferta. E pelo lado da demanda, nós vamos observar também um crescimento bastante expressivo de todas as categorias de demanda. O consumo das famílias, o investimento das empresas, as exportações, mas ressaltando o que já foi dito anteriormente, as importações de bens e serviços apresentam ritmo acelerado de crescimento ao longo de todo o ano de 2007.

Se destacarmos dentro dos segmentos as principais atividades que contribuíram para esse crescimento, na atividade da indústria de transformação nós vamos notar um crescimento de 5%, 5,1 em relação a 2006, e os destaques são as indústrias de máquinas e equipamentos, a indústria automobilística, o setor produtor de material elétrico e material eletrônico. Esses são os quatro segmentos da indústria de transformação brasileira que contribuíram para o crescimento da economia. E como podem observar, nós temos aqui bens de capital, bens de consumo e matérias-primas. Conseqüentemente todos os segmentos da indústria brasileira no ano de 2007 apresentaram crescimento.

Na atividade de construção civil, também tivemos um crescimento positivo na Casa dos 5%, e atribui-se a esse crescimento de 5%, dois fatores extremamente importantes. O primeiro o crescimento do crédito direcionado exatamente à atividade de financiamento à habitação. É claro que são recursos de maior valor, conseqüentemente a sua expansão depende necessariamente do financiamento para a construção e depois o financiamento para aquisição. Necessariamente o setor financeiro trabalha lado a lado com a atividade de construção para garantir esse crescimento. E por outro lado, o resultado dessa atividade é o impacto na geração de emprego no segmento de construção civil, com o aumento de 3,4% de emprego somente no ano de 2007, no setor de construção civil no País.

Olhando pelo lado dos gastos da demanda realizada na economia, o consumo das famílias apresentou um crescimento 6,6% em relação a 2006 e o aspecto importante é que já é o quarto ano consecutivo de crescimento de demanda das famílias. O que contribuiu para a continuidade desse processo de crescimento do consumo das famílias no País? Em primeiro lugar o crescimento da massa de salário real, e aí esse crescimento da massa de salário real é devido, em primeiro lugar, esse crescimento ao crescimento do emprego e também ao próprio crescimento dos salários. A combinação desses dois fatores contribui para a expansão do consumo e também pelo fato de que uma parte desse consumo é realizado mediante o financiamento e houve no ano de 2007 a expansão do crédito ao consumo, eu tenho aqui um indicador importante que é o saldo das operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para financiamento a pessoas físicas. E nesse caso o crescimento de quase 30% do crédito ao consumo.

O outro lado da demanda, e que também gera a capacidade produtiva futura do País é o conceito importante informação bruta de capital fixo que dá a medida do investimento da economia. Também no ano de 2007 observamos o quarto ano consecutivo de crescimento na taxa de investimento na economia brasileira, e podemos atribuir a esse crescimento os mesmos fenômenos apontados anteriormente. O aumento de crédito livre agora, não para pessoa física, mas para

pessoas jurídicas, se para pessoa física o aumento foi de 28, para pessoa jurídica o aumento de 27% de crédito às empresas. E contribuiu para captação desses recursos e a sua utilização no investimento o fato de que também a taxa de juros reais da economia vem caindo no ano de 2006 a taxa efetiva média anual era de 15% e no ano de 2007 ela reduz-se para 11,9. Uma queda da taxa de juros contribui para a elevação do nível de investimento da economia. E por isso mesmo, no ano de 2007 a taxa de investimento do País aumentou em 13,4%. Quem contribui para isso? O setor de construção civil, que prepara a capacidade produtiva a instalação não só de imóveis residenciais, mas também a infra-estrutura e imóveis comerciais e industriais, e o setor de máquinas e equipamentos que garantirá com isso um investimento para a ampliação da capacidade produtiva. Então o que é que nós observamos com esse conjunto de dados? Que o PIB do País cresceu, o Produto Interno Bruto cresceu mais de 5%, e estimulado pela expansão da demanda, porém o País também está realizando investimentos no sentido da ampliação da capacidade produtiva, o que significa um indicador de capacidade de produzir mais e mais nos próximos anos. Esse é um ponto importante porque depois eu vou fazer um comentário a esse respeito.

Bom, em relação ao setor externo, o que nós podemos observar nos dados do ano de 2007 é o de que as exportações brasileiras e aqui combinando tanto bens, produtos industriais e produtos agrícolas, mas também serviços, como transporte, seguros, comunicações, turismo, e de vários outros, o setor exportador expandiu as suas vendas ao exterior no montante de 6,6% em relação a 2006, mas a importação cresceu 20,7% no mesmo período. E destaco, não é só exportação de bens, como produtos agrícolas e industriais, mas também de serviços. E são importações de bens de consumo, bens de capital para a produção, máquinas e equipamentos, e também matérias-primas para atender a demanda interna do País. Com essas duas performances a gente pode observar que a taxa de crescimento no País das importações superou as exportações, isso já ocorreu no ano de 2006, e por conta desse fenômeno em 2007, haverá uma mudança nas equações macroeconômicas no País que eu mostrarei mais adiante.

Bom, olhando a evolução da economia, pegando um período que abrange 96 até os dias atuais, nós observamos uma tendência de crescimento da economia, a tendência essa que vem se acelerando praticamente desde a virada do ano de 2001 para 2002. Mesmo com flutuações, o que nós observamos é uma tendência ao crescimento à aceleração do ritmo de crescimento da economia, tendo em vista inclusive as três últimas taxas aqui registradas. 3.2, 3.8 em 2006 e 5,4 em 2007.

Olhando essa performance pelo lado dos valores macroeconômicos nós podemos construir alguns dados que estão importantes também.

O primeiro deles é a magnitude da nossa economia. Então, olhando essa última coluna, no ano de 2007 nós observamos que o Produto Interno Bruto do País, em 2007, atingiu o valor de 2 trilhões, 558 bilhões de reais gerados no País, contra o valor equivalente a dois trilhões, 332 bilhões no ano de 2006. Então há, como podemos observar um crescimento de mais de 200 bilhões em termos nominais, e atribuiu-se a esse crescimento o crescimento da produção física real, mas também o crescimento dos preços de todos os bens e serviços produzidos no País.

Também em relação à taxa de investimento e os recursos disponíveis para financiá-la, que são os recursos provenientes da poupança, nós podemos observar que em 2007 podemos dizer que praticamente o investimento realizado no País foi financiado com recursos próprios no montante de 17,7% do Produto Interno Bruto.

Então, esta é a taxa de poupança da economia. É o volume de riqueza gerada no País dos 2 trilhões, 558 bilhões de reais gerados, desses 2,5 trilhões gerados, 17,7% são poupados pelo País, tanto por empresas, por famílias e pelos governos, e o destino dado a essa poupança é o financiamento ao investimento. Investimento esse que atingiu uma proporção equivalente de 17,6%, conseqüentemente esta se trata de uma economia que gera um nível de recurso necessário a financiar o seu investimento. Entretanto, se pensar em acelerar a taxa de investimento, é necessário também pensar nas condições necessárias à criação e à aceleração da própria taxa de poupança da economia.

A taxa de investimento registrada no ano de 2007, de 17,6%, é a maior taxa registrada nesse cálculo que nós estamos efetuando desde 2000. E por que 2000? Como podem lembrar, o ano passado o IBGE atualizou a metodologia das contas nacionais e o ano de base referência do sistema de contas é exatamente o ano de 2000. 17,6% de investimento com 17,7% de poupança que já é o mesmo nível de 2006, entretanto o nível inferior ao registrado no ano de 2004 que chegou a 18,5.

Bom, conseqüentemente, dado esse recurso que a economia dispõe e o uso que ela faz, nós podemos verificar para o conjunto da economia se essa se trata de uma economia com capacidade de financiamento ou necessidade de financiamento. O que é que isso indica? Se ela é capaz de financiar todos os gastos internos e gerar recursos até para financiar o exterior ou quitar dívidas contraídas com o exterior em anos anteriores. Então nós podemos observar que praticamente de 2003 a 2006 todos os anos a economia brasileira acumulava uma capacidade de financiamento. Capacidade essa que ou

será usada para quitar dívida do passado ou ampliar as reservas internacionais do próprio País. E, na verdade, pode-se fazer tanto um quanto o outro.

No ano de 2007, nós observamos a mudança desse sinal. Do lado, no lugar de haver capacidade de financiamento, o ano de 2007 indicou uma necessidade de financiamento. E por que em 2007 o País precisou de financiamento adicional? Em primeiro lugar, porque as exportações de bens e serviços no País cresceram menos do que as importações. Conseqüentemente isso gerou em 2007 um saldo menor de 29 bilhões de reais. Tudo isso já convertido na moeda nacional, mas nós temos esse cálculo equivalente em dólares.

Em relação à renda líquida que se envia para o exterior, aqui eu tenho pagamento de juros, dividendos e vários outros pagamentos de rendimentos. Há uma queda de 5,2 bilhões. Ou seja, eu recebo menos 29 e pago menos 5. Conseqüentemente o saldo tem mais algumas outras contas, mas essas são as mais importantes, vão de [ininteligível] para o conjunto da nossa economia, nós tivemos uma redução dos nossos recursos externos, ou melhor, o crescimento do que pagamos excedeu o que recebemos em relação ao ano de 2006, conseqüentemente comparando 2007 com 2006 há uma redução de 25 bilhões.

Esses 25 bilhões, quando olhamos a conta de renda que se envia ao exterior, aqui é o pagamento principalmente juros e de dividendos pago ao exterior, nós vamos poder observar... Nós vamos observar que a redução de 5,2 bilhões de dólares no ano de 2007, se deve em primeiro lugar por um aspecto positivo, o País diminuiu o pagamento de juros ao exterior no montante de 10,5 bilhões. Por que diminuiu? Em primeiro lugar, porque a própria dívida externa vem reduzindo. Em segundo lugar, porque os juros da dívida externa existente tem sido menor. Conseqüentemente o dispêndio com essa conta de juros pagos ao exterior apresentou uma queda de 10,5 bilhões de reais vis-à-vis a despesa em 2006.

Por outro lado, o pagamento ao exterior de lucros dividendos, aumentou em 5 bilhões. E por que esse aumento? Em primeiro lugar, porque se a economia cresce, os setores internos aumentam a sua rentabilidade e todos aqueles que são pertencentes a empresas estrangeiras, como resultado dessa atividade, remetem às matrizes no exterior pagamento não só de lucros como de dividendos obtidos no interior do País. Então mesmo esse sinal negativo indicando uma saída de recursos, tem como contrapartida o lado positivo que é o fato da economia ter gerado a renda e que parte dela foi remetida ao exterior sob a forma de lucros e dividendos.

Bom, aqui estão as equações, eu não vou me deter a elas, mas só é importante observar ao longo do período que nós podemos verificar o cálculo do PIB, da renda nacional, do PNB, do consumo realizado pelas

famílias e pelo Governo, o nível de poupança da nossa economia e a capacidade de investimento que essa economia dispõe e como saldo capacidade ou necessidade. Todo esse material eu vou deixar à disposição dos senhores, então poderão olhar com mais detalhe cada um desses slides.

Então, os anos 2003, 04, 05 e 06 são anos em que o País registra capacidade de financiamento e o ano de 2007 volta a ter necessidade de financiamento.

Graficamente nós podemos observar o que estava naquela equação. A capacidade de financiamento são essas barras azuis e o saldo das transações com o exterior indicando o crescimento até o ano de 2006, e de 2006 para 2007 um saldo expressivo e isso contribui para que tenhamos de volta necessidade de financiamento no ano de 2007.

Bom, o cenário atual. Tendo em vista essa performance da economia, todos nós sabemos que uma questão que preocupa a todos é exatamente o fato de se avaliar se o crescimento acelerado da economia pode contribuir ou não para a volta ou para a aceleração do processo inflacionário.

Então aqui eu tenho algumas reflexões importantes. A primeira delas é que como nós vimos o que estimulou o crescimento da economia, é o consumo das famílias. E o que a gente observa é que 60% da nossa economia, do PIB, é proveniente do consumo das famílias. E o investimento que é a formação de capital, representa outro conjunto de 17,9%. Ou seja, praticamente 80% do PIB é determinado pelo consumo das famílias e pelo investimento. O consumo absorve recursos e o investimento expande a capacidade de geração dos próprios recursos. Vale dizer se a demanda da economia cresce, mas o investimento também cresce, oferta e demanda estão caminhando passo a passo então não necessariamente o crescimento da economia é sinal de foco inflacionário. Depende da maneira como a oferta se comporta.

Aqui tenho alguns indicadores recentes da Fundação Getúlio Vargas da sua pesquisa conjuntural e o que nós observamos que no ano de 2008 o comportamento dos empresários é não só de acelerar o seu nível de investimento, como justificam essa aceleração do investimento pela expansão do mercado interno, pela rentabilidade dos seus negócios, muito embora alguns ainda apontem o nível da taxa de juros como um fator restritivo, embora essa própria taxa venha apresentando queda nos últimos anos.

Bom, falando de taxa de juros e de taxa de inflação, aqui nós temos esse gráfico que revela exatamente a enorme correlação existente entre a prática de exercício da política monetária como um instrumento eficaz da própria inflação. Então aqui a aderência entre essas duas curvas mostram a eficácia da própria política monetária. E a

distância entre as duas indica exatamente o nível da taxa real de juros praticado no País. Se o nível hoje é elevado, nós podemos observar que em períodos anteriores já foi muito mais alto do que é hoje. Ou seja, pode ser alto, mas essa taxa real de juros vem caindo ano após ano.

Bom, em relação a esse conflito, ou aparente conflito entre crescimento e inflação, se a gente olhar a história econômica brasileira recente nós vamos observar de tudo. Período que a economia cresceu com inflação crescente, e agora período em que a economia brasileira vem crescendo com taxa de inflação decrescente. E o mais importante, é que esse crescimento registrado na nossa economia nos últimos anos apresenta uma característica que é, na verdade, única nos últimos 60 anos, que é quando nós temos as estatísticas econômicas no País. O ano de 2006 e o ano de 2007 são os únicos anos em que a taxa de crescimento real da economia superou a taxa de crescimento dos preços da economia. Poderiam perguntar: Que importância tem uma? Nenhuma. Não tem importância nenhuma esse indicador.

Por outro lado, ele revela uma performance da inflação descendente, vis-à-vis o ritmo crescente da própria economia. Crescer mais ou menos do que a inflação, sozinho não diz nada. Mas, olhando todos os indicadores e também esses dois indicadores, nós observamos a enorme diferença desse movimento mais recente, vis-à-vis os anos anteriores.

Bom, esses são os indicadores econômicos que revelam uma performance positiva da economia. E do lado dos indicadores sociais, o que é que nós poderíamos ter? Um primeiro quadro, esse quadro é importante, é o posicionamento da economia brasileira na economia mundial. Podemos observar, por essa coluna, que a economia brasileira é a 10ª maior economia do mundo. Superada, como todos sabem, pelos Estados Unidos, pela Alemanha, Japão, China, Inglaterra, França, Itália e poucos outros países. Uma renda per capita medida em dólares na casa de 4.791 dólares, e corrigindo o dólar pela paridade do poder de compra desse dólar no País e nos outros países uma renda per capita de 8.956. Se do lado da performance econômica o País é a 10ª maior economia, do ponto de vista da renda per capita ela cai da 10ª posição para a 62ª posição. Explica-se também pelo tamanho da própria população brasileira, vis-à-vis as demais economias aqui comparadas. São 184 milhões de habitantes, muito embora tenhamos também países populosos como o próprio Estados Unidos que ainda assim tem uma renda per capita elevadíssima. Mas esse é o panorama que nós podemos ter do País pelo lado econômico. Está entre as 10 maiores economias do mundo. Por outro lado--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: É a paridade do poder de compra que foi atualizada agora. Então, esse quadro acabou de ser

divulgado pelo Banco Mundial. E pelo lado dos indicadores sociais, o que é que nós observamos? Que o Brasil deixa de estar ao lado dos países mais desenvolvidos e passa a ter indicadores semelhantes a de países muito pouco ou nada desenvolvidos. Um indicador importante é o Índice de Gini que mede o índice de concentração da riqueza. Ou seja, esse País que é capaz de ter a 10ª maior economia do mundo é também um País que tem um padrão de concentração de renda que equivale a dos países mais pobres e mais desiguais do mundo.

Então, aqui nessas contradições eu selecionei seis países. Japão, Espanha e Coréia que também como o Brasil estão entre as economias mais desenvolvidas, são países com uma expectativa de vida de mais de 80 anos agora. Malaue, Zimbábue e Zâmbia, que estão entre as economias mais pobres do mundo, têm uma expectativa de vida de 40 anos. E o Brasil--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: O número do coeficiente eu não tenho. Mas, eu posso lhe enviar posteriormente.

Bom, então Japão, Espanha e Coréia, são países com os quais o Brasil compartilha indicadores econômicos. E Malaue, Zimbábue e Zâmbia são países com os quais o Brasil compartilha indicador social principalmente aquele referente à alta concentração de renda no País. Observamos que os nossos indicadores de concentração de renda que é o Índice de Gini em caindo. Mas a velocidade dessa queda não é ainda suficiente para deixar o País distante das economias menos desenvolvidas e mais desiguais como são, Malaue, Zâmbia e vários outros.

Bom, aqui nós podemos olhar porquê. Se olharmos o indicador da PNAD em 2006, dividindo a renda gerada na economia por cada quinto, por cada 20%, a que gente observa que os 20% mais ricos do País detêm 60% da renda nacional. E os 20% mais pobres detêm apenas 3% da renda nacional. É esse indicador que depois vai mostrar o grau de concentração de renda e o Índice de Gini. Aqui nós podemos ter exatamente essa revelação de que o padrão de concentração de renda vem diminuindo, mas ainda numa velocidade muito pequena. Ou seja, se eu olhar para o ano de 2006, os 10% dos brasileiros mais ricos têm uma renda equivalente a 18 vezes mais do que a renda dos 40% mais pobres no País.

Então, aqui são dois indicadores desse grau de desigualdade da economia. Pelo lado demográfico, o que nós observamos é o crescimento da nossa população, chegamos a 2007 com 183... Volta mais um. Para frente. Mais um só. Aí. Então eu tenho os 10% mais ricos. Ou seja, são 183 milhões de habitantes. Os 18 milhões de habitantes mais ricos do País têm uma renda no ano de 2006 que

equivale a 18 vezes a renda dos 40% mais pobres. 40% mais pobres são 70 milhões de habitantes. Os 18 milhões de habitantes mais ricos tem uma renda 18 vezes mais pobre do que os 70 milhões de brasileiros mais pobres. O indicador de Gini perfeito é exatamente que diria que cada um tem a mesma parcela da própria renda. Esse indicador vem caindo, porém ainda é muito elevado. A PNAD de 2007 será divulgada no segundo semestre de 2008.

Aspectos demográficos. A população sai da casa de 40 milhões de habitantes em 1940 e já são 183 em 2007. A taxa de fecundidade da população brasileira que é uma medida do número médio de filhos por mulher cai de 6,2 filhos na década de 40 para 2,1 em 2005, e em 2006 essa taxa já é de 1,99. Ou seja, pela primeira vez o Brasil tem uma taxa de fecundidade onde a mulher tem uma média inferior a dois filhos. Isso a partir do ano de 2006. Ou seja, há uma queda de 66,6% da taxa de fecundidade da população. Vale dizer, a população continua crescendo, mas num ritmo menor.

Bom, também combinado com essa redução da fecundidade, eu tenho também uma redução expressiva da mortalidade infantil no País. Essa taxa em 1950 chegava a 150 mortes para cada mil crianças nascidas vivas em 1950, e esse indicador já cai para 25 em 2005, e 23 em 2006.

Bom, e a expectativa de vida? A expectativa de vida do País sai da casa dos 40 anos, na década de 40, para 71,9 em 2005. 2006 já está na casa de 72. Ou seja, a expectativa de vida que é indicador da própria qualidade de vida no País, já apresentou ao longo de 60 anos um crescimento de 76%. E conseqüentemente a distância entre as regiões que apresentavam os extremos sul e nordeste, que em 1940 era de 14 anos, em 2005 já cai para 5 anos. Bom, por aqui nós temos a evolução dessa expectativa. Com a mudança da mortalidade, da expectativa de vida e também da fecundidade, o padrão de reprodução da sociedade brasileira que pode ser expresso por meio de pirâmides, vem se modificando. Essa é a estrutura etária de 90, essa a de 2000 e essa em 2007. O que nós observamos é que a base da nossa pirâmide vem se estreitando, produto da fecundidade menor, e o topo da nossa pirâmide vem se ampliando por conta da maior expectativa de vida. Hoje nós temos no Brasil cerca de 30 mil brasileiros com mais de 100 anos de idade. Quer dizer, para um País que a meio século atrás tinha uma expectativa de vida de 40 anos, hoje já é comum termos na nossa sociedade pessoas com mais de 100 anos de idade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: [risos] Bom, conseqüentemente essa estrutura etária muda, mas nós observamos que no País a estrutura etária da nossa população ainda é diferente.

Esse é o padrão do nordeste, esse aqui é o padrão da região sul. Entre o nordeste e sul, nós temos estruturas etárias diferentes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Isso. Exatamente. Então aqui é a estrutura do sul e esse aqui eu coloquei alguns quadros pra gente observar. A tendência demográfica do Brasil é de caminhar cada vez mais para uma base estreita e um topo ampliado, pela melhor expectativa de vida, e se nós olharmos países para comparar, essa é a estrutura etária da Europa, na Europa essa é a da Espanha, então observe que a Espanha tem uma taxa de fecundidade baixíssima, essa é da África e essa aqui é da Coréia do Sul. Essa estrutura etária do Brasil, e no Brasil na região sul é muito parecida com a que nós observamos em toda a Europa. Então essa é uma tendência. Como tendência, também apresenta demandas.

Bom, podemos até fazer uma comparação entre o Brasil e a França. Por exemplo, essa é a estrutura etária da França hoje 2005. Projetando a estrutura etária do Brasil para 2050, o que é que nós observamos? Uma enorme semelhança da estrutura etária francesa atual com a tendência da nossa estrutura etária futura. Conseqüentemente questões referentes à aposentadoria e outros aspectos que hoje são discutidos na França, são temas que nós devemos, desde já, estar atentos. Porque o futuro vai chegar rapidamente.

Bom, aqui também um outro indicador importante que é exatamente aquele que revela a redução do número de moradores nos domicílios brasileiros. Cada vez mais encontramos menos morador em cada domicílio.

Então, o resumo desses aspectos etários eu poderia dizer, a nossa estrutura etária continua tendo população crescente com idade mais alta, e decrescente com idade mais reduzida. Embora o crescimento continue positivo. Uma tendência da redução do número de pessoas por domicílio e o aumento do percentual de domicílio com um único morador. Eu creio que talvez valesse a pena ficar aqui para abrir oportunidade para comentário ou então fazer mais rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que talvez fosse bom concluir todas as áreas. Não sei se concordam.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Mais cinco minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos concluir, então.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Então, educação. Educação, o indicador da taxa de analfabetismo no País, e olhando desde 1950 nós

observamos uma queda sistemática dessa taxa de analfabetismo. 50% em 1950, e agora 10,4 em 2006. Sendo que em 2006 para essa taxa de 10,4, eu tenho 24% de analfabetos no setor rural, e 7,8% na área urbana.

Então, a erradicação do analfabetismo pela distribuição rural e urbana é mais difícil e por último, por etária também. O que nós observamos é que na população de 15 a 24 anos de idade, a taxa de analfabetismo é de 5,8. Entretanto, na população de 60 anos e mais, a taxa de analfabetismo é de 38. Por quê? Porque esses analfabetos com 60 anos ou mais, são aqueles que compunham a taxa de analfabetismo de 50% da população brasileira na década de 50.

Então, essa redução do analfabetismo por estrutura etária em ordem inversa equivale ao que nós vimos naquele gráfico.

Por outro lado, se eu olhar a questão do analfabetismo levando em consideração a cor daqueles que declararam ser ou não analfabetos com mais de 15 anos de idade, o que nós vamos observar é que 32% dos que se declararam analfabetos são da cor branca. E 67,4% dos que se declararam analfabetos são da cor preta ou da cor parda. O restante são amarelos e indígenas. E por faixa de renda, o que nós constatamos é que quanto menor a renda maior a proporção de analfabetos. O resultado dessa redução do analfabetismo é também o que nós vamos observar, o aumento do número de anos de estudo da população brasileira até praticamente a faixa dos 29 anos de idade, e dos 29 em adiante aí começamos a ter a queda influenciada pelos indicadores do passado. O que nós observamos é a convergência entre homens e mulheres no que diz respeito a anos de estudo na estrutura etária mais velha e na população mais jovem. A mulher com número de anos de estudo maior do que o homem. Conseqüentemente reduzindo esse aspecto do analfabetismo, o importante observar que o número de nível de instrução das mulheres é superior, e o número médio de anos de estudo vem aumentando no País hoje na casa de 6,9 anos.

Os idosos. Já falei do crescimento da população idosa, aqui nós podemos observar que da população com mais de 60 anos de idade, 33% delas não têm nenhum tipo de instrução. 64% delas são aposentadas, e 64% são as pessoas de referência na família. Ou seja, dos 54 milhões de domicílios no País, 64 milhões de domicílios, 64% deles são hoje chefiados por pessoas com mais de 60 anos de idade.

A proporção da população que contribui para a Previdência Social vem aumentando. Hoje nós temos 48% das pessoas ocupadas contribuindo para a Previdência. Conseqüentemente 51,3 não contribui. Mas pela própria legislação brasileira nós sabemos que por idade todos serão beneficiários da Previdência. Sejam eles contribuintes ou não. E numa população que vai envelhecendo cada vez mais por conta da maior expectativa de vida, isso é um fator importante na análise da Previdência Social, e daí a importância da comparação com o modelo

francês, demográfico, e a projeção do modelo brasileiro para o futuro. A questão da Previdência vai estar na pauta o tempo todo.

A PNAD de 2006 mostra 43 milhões de trabalhadores contribuindo na Previdência, em 2006, e em 96 eram 42%. Aumenta a contribuição, mas ainda temos metade.

E em relação às mulheres? Metade das mulheres, a redução das mulheres do número de filhos por mulher, maior escolaridade, maior participação no mercado de trabalho, e maior contribuição por rendimento familiar. E aqui o último gráfico nós podemos ver então a população com mais de 12 anos de estudo, a proporção de mulheres vêm aumentando, e a de homens vêm caindo. E a proporção da população com nível superior vem aumentando entre as mulheres nos últimos dez anos e vem diminuindo entre os homens.

Então, a inserção progressiva no mercado de trabalho da mulher vai trazer para a nossa sociedade a própria discussão do seu papel na própria sociedade brasileira.

Bom, esses são alguns pontos, eu poderia explorar outros aspectos, mas eu fico por aqui e agradeço a todos a oportunidade por essa exposição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer a competente exposição do Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, tanto os aspectos econômicos como sociais são de grande interesse dessa Casa e do País, e seguramente esse retrato do Brasil ajuda a reflexão e a formulação de políticas públicas.

Vamos agora aí às argüições, intervenções, esclarecimentos. O primeiro inscrito Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, vou ser rápido, cumprimentando o Dr. Eduardo e cumprimentando V.Exª pela iniciativa dessa Audiência Pública, que enche a gente de alegria e de esperança, e também de preocupação. Esperança de ver esses números do Brasil em relação ao crescimento da renda per capita, um pouco de desesperança o Índice de Gini que não cresce tanto, uma preocupação nós já temos... há um ditado popular que diz que: “Quem tem olho fundo tem que começar a chorar cedo”, no caso da Previdência nós temos que começar a pensar seriamente. Mas é uma boa indicação, as pessoas estão vivendo mais e estão tendo uma renda melhor. Primeiro, não é nem um questionamento, mas pedir ao Dr. Eduardo para que ele dê uma atenção. O Espírito Santo e o Rio de Janeiro eles têm uma divisa que antigamente não tinha importância, que se prolonga pelo mar adentro. Ali tem uma linha que é uma derivada, uma resultante na divisa dos dois estados que se mexiam um “angulozinho” de um grau o Espírito Santo passa a receber mais royalties de petróleo do que recebe atualmente, porque os postos estão sendo descobertos--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Hoje de manhã eu manifestei a mesma preocupação com relação à divisa com São Paulo. Porque com a descoberta de Tupi/Júpiter, tem mais dois grandes poços de gás e petróleo essa definição é fundamental para a participação na receita futura.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Exatamente. Porque nós pretendemos, o Senador Renato Casagrande também, na hora que saiu o laudo, sendo favorável ou não nós não queremos atrasados também que ficaram lá com o Estado do Rio de Janeiro. E o de São Paulo é rápido porque antes que descubram, antes que comece a exploração verdadeira já se saberia. Se o IBGE pudesse correr com o laudo técnico sobre como é que se estabelece essa divisa marítima entre os dois Estados.

A outra, eu acho que agora é o assunto dominante, e embora o Dr. Eduardo tenha colocado a posição dele, se o senhor tivesse no lugar do Mantega hoje, o senhor dava uma enxugadinha para tentar conter um pouco o consumo ou dava uma estimulada para aumentar a produção, ou ficava esperando para ver o que é que ia acontecer? Essa é uma pergunta.

A outra é quando a gente observa os gráficos de poupança e também de renda, é uma gangorra. Por que é que nós não conseguimos ter uma linha mais ou menos coerente? Aquela gangorra. Por que é que acontece tanto essa gangorra? É mudança de Política Econômica? Por que é que acontece isso?

Outro problema também, o aumento das mulheres nos cursos superiores e também no mercado de trabalho, talvez não é porque o número de mulheres na população também cresceu, há mais mulheres do que homens. Atualmente nascem mais mulheres do que homens. E talvez por isso é que elas estão participando mais ou efetivamente elas estão cada vez participando mais, embora a gente note isso quase sem fazer estatística?

Outro número também que acho que precisava nos preocupar é o problema das mortes violentas. As mortes violentas no trânsito, as mortes violentas por tiro, por... Principalmente de jovens, é um número que o IBGE devia se preocupar para que as autoridades que operam as verbas de segurança começassem, e controle de tráfico também, começassem a pensar nisso aí. Eram os questionamentos que eu queria colocar cumprimentando mais uma vez pela exposição muito interessante para nós e para o Brasil inteiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer Senador Gerson Camata. Nós temos quase todos os Senadores inscritos. Vamos fazer blocos de três para poder agilizar e todos poderem participar. Senador Jefferson Peres com a palavra.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Bom dia Dr. Eduardo, também meus cumprimentos pela clareza da exposição. Eu quero fazer apenas... Pedir alguns esclarecimentos.

O crescimento demográfico hoje no Brasil deve estar em torno de 1,3%. É isso? 1,3%. Porque o senhor colocou aí que em 2007 o crescimento do PIB per capita seria de 4%, tendo em vista a diferença. Per capita. 4% a diferença entre o crescimento da população e o crescimento do PIB. Claro. Isso é interessante porque muitos analistas hoje não fazem essa comparação com os anos 50, "juscelinianos". Hoje o crescimento do PIB de 5,5%, em termos de PIB per capita é igualzinho em termos de crescimento do PIB nos anos 50. E quase não se considera isso. Mas muito bem. O IBGE tem o crescimento demográfico por faixa de renda? Ou seja, até em torno de um salário mínimo, com mais... De dez salários mínimos que a diferença é muito grande. Eu gostaria de ter esses dados. Se o senhor não tiver à mão.

E finalmente o senhor mostrou um quadro aí com a conta de juros, do balanço de pagamentos. O senhor teria o saldo líquido de juros, ou seja, o que o Brasil recebe pelas suas reservas e que o Brasil gasta com a dívida externa, pelo menos do setor público teria... E analfabetismo creio que o IBGE não tem dados do analfabetismo funcional. Tem? Então eu gostaria. É só. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos marcar uma outra vinda do Eduardo, porque tem muitos dados que estão sendo solicitados e poderiam ficar para outra exposição para a gente aprofundar alguns temas em relação as informações do IBGE. Temas, por exemplo, como distribuição de renda. Ir a fundo nessa discussão. Ou educação, ir a fundo nessa discussão. Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de sugerir, caso o Presidente Eduardo Pereira Nunes puder dispor da sua exposição para ser distribuído entre nós enquanto procede... se puder enviar à nossa secretaria para nós já termos a exposição dos dados. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está sendo tirada a cópia da exposição. Todos os Senadores terão acesso o mais breve possível.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se puder fazer de pronto...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A máquina tem um ritmo que nem sempre é o que nós gostaríamos. Mas se V.Exª puder ajudar nós estamos lá fazendo o máximo possível. Mas acho que vai ser feito o mais rápido possível. Senador Osmar Dias, com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente Senador Aloizio Mercadante, Presidente do IBGE, Sr. Eduardo, de fato a exposição foi muito rica em dados e fica até difícil a gente guardar todas essas informações. Por isso seria importante mesmo termos esse material para nos guiar. Quando o Presidente fala da... E dividido por região, região sul, região nordeste, norte, isso esconde um pouco o que ocorre nas regiões e nos Estados. Eu fiz um levantamento do Paraná, quando disputei as eleições agora, e verifiquei o seguinte, que naquele... Naquela avaliação do IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, nós temos no Paraná um total de 399 Municípios dos quais, Senador Mercadante, 70% tem o IDH abaixo da média nacional. E o Paraná é tido assim como Estado próspero, rico. E veja, 70%.

Então, 280 Municípios, eu fiz esse estudo agora em 2006, 280 Municípios estão com IDH abaixo da média nacional. E fui levantar quais eram os fatores que mais incidiam para que ocorresse esse baixo IDH. Saneamento. Falta absoluta de assistência à saúde, muitos municípios não têm nem como esse atendimento ser visto.

Então, a pergunta que eu faço ao Sr. Eduardo é se na média nacional nós temos em alguns Estados um grande número de Municípios com IDH baixo. Qual seria de parte do IBGE a indicação de quais os fatores que poderiam ser corrigidos para que rapidamente houvesse uma evolução desses índices? Ou seja, no que os governos estaduais e municipais poderiam investir mais para que houvesse um crescimento do IDH exatamente para melhorar a qualidade de vida. Essa é a primeira pergunta. A segunda, é que o senhor mostrou ali que na zona rural e até o líder do Governo me chamou atenção, na zona rural 24% são analfabetos. E na zona urbana, 7,8% que dá média de 10 ponto alguma coisa. O que precisaria ser feito para que esses índices fossem pelo menos, vamos dizer, encontrassem, que houvesse um equilíbrio entre esses índices? São essas as duas perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Osmar Dias. Vamos agora ao Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, em seguida nós abriremos nova rodada de argüição.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Bom, em primeiro lugar, respondendo à questão apontada pelo Senador Gerson Camata, depois observada pelo Senador Aloizio Mercadante, e eu pensei que também o Senador Osmar Dias fosse, pelo Paraná, fazer o mesmo comentário, porque na verdade são os três Estados no País, Espírito Santo, Paraná e o Estado de São Paulo que têm argüições a respeito dos critérios de repartição dos recursos do royalty. É o Estado do Paraná está até mais avançado, porque houve e há no Congresso um Projeto de Lei de alteração dos critérios de repartição no recurso do royalty do petróleo. Na verdade, há um projeto e várias Emendas, substitutivos, mas eu gostaria de observar que um dos textos do projeto original justifica a

necessidade de revisão da distribuição do royalty do petróleo como se o IBGE tivesse errado na maneira como calcula. Isso não é verdade. Não é verdade para o Paraná, nem para o Espírito Santo e nem para o Estado de São Paulo. A Constituição Federal estabelece o critério de repartição. E determina que a ANP, a Agência Nacional de Petróleo informe ao IBGE quais são os poços de petróleo e a sua localização. Dada a localização informada pela ANP, cabe ao IBGE calcular a área que pertence a cada Estado.

Bom, acontece que o território--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Tem uma discussão só que eu queria ponderar que é o seguinte. Nessa descoberta do preçal(F), já tem dois postos... Na realidade quatro postos grandes, cada perfuração demora 400 dias para ser feito, e há uma possibilidade muito grande que seja pelo menos parte disso uma única reserva no subsolo. Portanto, a opção que eu faço de onde eu vou retirar, eu estabeleço quem vai ter acesso ao royalty. Prejudicando evidentemente o Estado que faz divisa. E se eu fizesse opção por prospectar outros dos furos eu teria o resultado totalmente diferente na repartição dos royalties. Acho que essa discussão nós temos que fazer com mais profundidade para que não haja um prejuízo. E eu sei da resistência dentro da PETROBRAS porque eu quis levar unidade de gás da PETROBRAS para Santos, que a logística do porto de Santos era fundamental para toda a estrutura que estava sendo construída e foi uma disputa duríssima, pública e reservada. Felizmente a unidade do gás está no porto de Santos. A maior fronteira da bacia de Santos é com São Paulo, sem prejudicar evidentemente outros Estados. Mas eu acho que essa discussão técnica que nós devíamos fazer, eu sugiro inclusive que o Eduardo volte a essa Comissão, com Assessoria especializada nessa área, pra gente fazer um debate técnico, aprofundado sobre os critérios de repartição de royalties e nós encontrarmos um procedimento tecnicamente consistente, justificável, sem nenhuma interferência política, eu diria, um estudo que seja técnico, fundamentado do critério de repartição. Porque se a jazida é uma só, dependendo da escolha que eu faço, eu estou evidentemente beneficiando um Estado e prejudicando outro. Às vezes o Estado é totalmente alijado simplesmente pela escolha que eu fiz da onde está sendo feita a perfuração. Talvez a gente tenha que chamar não só a PETROBRAS como outras empresas que estão lá e que têm uma visão diferente dos critérios de repartição e nós podemos expor isso ao longo de uma Audiência Pública da Comissão.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Perfeito. Agora eu queria chegar exatamente ao ponto que o Senador Mercadante já adiantou. Uma vez feita a escolha de por onde começar a operação, não é o IBGE que escolhe. Agora uma vez feita a escolha e comunicada à ANP essa escolha, a ANP informa ao IBGE. A perfuração se dá aqui e ali, o campo

está aqui ou lá. Tendo em vista essa informação concreta, o IBGE calcula matematicamente a área com grau de precisão que são 19 casas decimais. Então não há menor chance de erro para este cálculo que é um cálculo bastante sofisticado. O Senador Mercadante sugeriu uma apresentação dessa questão, eu acho importante até porque no Congresso, na Câmara dos Deputados há o projeto original que é originário do Parlamento do Paraná, mas há... Que sugere a mudança dos critérios de repartição, então, mudando o critério alguém passa a ganhar outro passa a perder. As situações se modificam. Só que hoje a realidade é totalmente diferente de 1989 quando iniciou esse projeto.

Então, repartir royalty do petróleo em 89 ou repartir royalty do petróleo em 2009 vai uma diferença muito grande. Então percebe-se a necessidade de rever o critério de repartição. É o Congresso Nacional que tem que rever. Uma vez feita a revisão, caberá possivelmente ao IBGE efetuar um novo cálculo com critérios absolutamente técnicos. Agora, dentro da Câmara dos Deputados há um projeto substitutivo ou uma Emenda que cria dois critérios no lugar de um. O primeiro critério é o físico. Então, localizar num determinado território como reparti-lo. E o segundo critério é o critério demográfico. Por quê? Porque a Constituição também estabelece que todo subsolo pertence à União. Então se a PETROBRAS vai construir, explorar o petróleo com base em Santos ou Rio de Janeiro ou qualquer outro lugar, a PETROBRAS tem recurso da União. E a União não vai arrecadar imposto só em Santos para financiar a PETROBRAS em Santos. A União vai arrecadar recurso em Roraima, em Amapá, em Amazonas. Todos aqueles que contribuem para recurso da União tem que usufruir do recurso dessa atividade. Então combinar o critério geográfico com o critério demográfico. Todo brasileiro precisa de recursos inclusive para atender a questão que o senhor apontou. Como investir no País para reduzir a desigualdade? Como melhorar os indicadores? Eu preciso de investimento na educação, eu preciso de investimento principalmente em saneamento básico. Nós temos indicadores, por exemplo, acesso da população a televisão, a rádio, a eletrodomésticos, até eletricidade quase caminhando para a universalização. Mas menos da metade da população brasileira tem acesso a saneamento básico. E saneamento básico é um investimento muitas vezes invisível. E longo. E caro. Portanto, de onde virá o recurso para esse tipo de investimento? Tem que vir de recursos de onde eu tenho sobra, talvez na distribuição do royalty do petróleo.

Então, essa idéia de combinar o critério geográfico com o critério demográfico, eu reputo como uma saída extremamente importante para caminharmos em direção à definição de novos critérios de repartição do royalty do petróleo. Sabendo que pelo critério geográfico nós não vamos ter uma saída nunca. Por quê? Porque o território brasileiro é irregular. E com tantas reentrâncias, e se olhar o Estado do Paraná e o

Estado de Santa Catarina, eu não vou conseguir nunca ter o equilíbrio da definição do critério de definição. Qualquer critério será arbitrário.

Então, é o Congresso Nacional que tem que arbitrar. E o IBGE vai executar. É exatamente o que se dá no dia de hoje.

Então, eu me disponho a vir aqui e claro, com os engenheiros do IBGE da área de geodésia e cartografia que poderão fazer essa exposição do critério atual e inclusive de uma visão alternativa ao critério atual que é bastante interessante.

Bom, a sua pergunta também se eu no lugar do Ministro Guido Mantega optaria por uma redução do consumo ou pela expansão da oferta, eu de certa forma tentei evitar essa pergunta ao mostrar que o crescimento da economia brasileira hoje se dá tanto pelo lado do consumo, como pelo lado da expansão da oferta.

Então, há hoje o caminho de gerar capacidade produtiva para atender uma demanda crescente. O papel da política econômica é exatamente verificar se há escassez num ou no outro segmento. E tem havido no Brasil, a ponto inclusive de se recorrer às importações para evitar qualquer problema de abastecimento. Conseqüentemente a nossa conta do balanço de pagamentos começa a ter esse movimento que o senhor indagou. É natural que o processo de reprodução de qualquer economia se dê de forma cíclica. Agora, cada ciclo ele representa as opções de política econômica adotadas num País. Um País como o Brasil que no passado bem recente acumulava poupança, havia críticas inclusive no sentido: Para que acumular poupança quando o País precisa investir? É melhor usar esse recurso. Entretanto, parte da poupança era acumulada para pagar dívida passada. Então eu preciso saber não só o que eu faço para frente, mas como eu cumpro os compromissos que vieram lá de trás também.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Quer dizer que é um pé no freio e um pé no acelerador. E aí vai segurando.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Ou melhor, um pé no acelerador, mas estando com um pé no freio também perto. Até por quê? Por que a importância do pé no acelerador mais do que no freio? Porque precisamos gerar emprego, precisamos gerar renda, para reduzir inclusive os desequilíbrios sociais que o País tem. Com contração econômica o desequilíbrio aumenta. Isso é um fato concreto.

Em relação à distribuição entre homens e mulheres, na verdade não é pelo quantitativo. Praticamente... Eu não tenho o número de cabeça, mas para cada 100 mulheres eu tenho 99 homens. Então, a relação é muito parecida. Mas, o grau de escolaridade da mulher vem aumentando por dois motivos. Em primeiro lugar, porque o homem entra no mercado de trabalho mais cedo. Então nós temos 5 milhões de crianças jovens, crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Dessas 5 milhões, mais de 60% são crianças do sexo masculino. E a

menina ainda está na escola. Então a maior escolaridade na menina lá na frente vai lhe dar mais oportunidade do que o rapaz na hora de buscar o mercado de trabalho. E em relação à expectativa de vida, no Brasil não é maior do que a atual principalmente por fatores apontados pelo senhor. A mortalidade infantil vem caindo de forma sistemática, mas a mortalidade entre jovens do sexo masculino entre 18 e 24 anos vem aumentando por causas violentas. A primeira é morte no trânsito, acidente de trânsito, a segunda são armas de fogo. E isso já afeta a expectativa de vida dos jovens no Estado de São Paulo, no Estado do Rio de Janeiro e no Estado de Pernambuco. Nesses três Estados a gente já observa que entre os jovens da faixa de 18 a 24 anos de idade, a sua expectativa de vida é menor do que entre as meninas da mesma idade. Justamente por conta desses dois fatores, conseqüentemente atuar nessa área contribuirá lá na frente para aumentar ainda mais a expectativa de vida da população brasileira.

Bom, o Senador Jefferson Peres fez uma série de observações, eu acho muito interessante essa que o senhor acabou de comentar, sobre a comparação entre o momento atual e o momento do Governo Juscelino, porque o crescimento per capita de hoje pode ser mais facilmente alcançado do que há 50 anos atrás exatamente porque lá a população crescia muito mais do que cresce hoje. Então se para lá era preciso ter como houve, uma média de 7% de crescimento, hoje uma média de 5 apresenta o mesmo resultado. Perfeito. E depois o senhor fez uma série de perguntas sobre faixa de renda, despesa com juros e o analfabetismo funcional, eu depois vou enviar todos esses dados para o senhor, sendo que em relação ao dado de pagamento de juros todos eles eu optei exatamente junto ao Banco Central. Mas, em relação ao analfabetismo funcional, é importante chamar atenção que o conceito de analfabetismo é: toda pessoa com mais de 15 anos de idade que não é capaz de ler um simples bilhete. Ler ou escrever. Se não fizer isso é analfabeto. No Brasil, 10,4% dos brasileiros com mais de 15 anos não sabem ler ou escrever um bilhete simples. O analfabetismo funcional é um conceito da UNESCO, das Nações Unidas, que diz que analfabeto funcional é todo aquele cidadão com mais de 15 anos de idade que tem menos de quatro anos de estudo. Por quê? Porque com menos de quatro anos de estudo sem praticar a leitura e a escrita ele voltará a ser analfabeto. E aí no Brasil nós sairemos de 10,4% para 23%. Ou seja, praticamente de cada quatro brasileiros com mais de 15 anos de idade, um tem menos de quatro anos de estudo. E no Estado do Alagoas, para cada dois, praticamente um tem menos de quatro anos de estudo. O analfabetismo funcional no Estado de Alagoas chega a 46% da população com menos de... Com mais de 15 anos de idade e menos de quatro anos de estudo. Todos esses dados nós temos por Estado no Brasil e eu vou enviar para o senhor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Não esqueço. Bom, e em relação aos comentários feitos pelo Senador Osmar Dias eu comentei esse aspecto do royalty, e ele pergunta sobre as atividades, as ações que deveriam ser feitas. As principais ações são essas na área do saneamento, da educação e da saúde. E a questão do analfabetismo rural e o analfabetismo urbano, nós precisamos também combinar a estrutura etária. Porque o analfabetismo rural é muito mais alto, mas é principalmente elevado na população rural de idade elevada. Aí eu tenho um número de mais de 60% da população analfabeta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos agora à próxima rodada. Senador João Tenório, com a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sr. Eduardo Nunes, primeiro de tudo registrar a satisfação de tê-lo ouvido com tanta clareza e um posicionamento tão didático que V.Sª coloca, os números são importantíssimos para que nós possamos cada vez mais entender o Brasil e evidentemente contribuir de uma maneira ou de outra para a geração de políticas públicas que venha a contribuir para que possamos tornar esse País melhor. Dois pontos, Sr. Presidente. O primeiro deles é balança comercial. As exportações brasileiras elas são assim algo extremamente importante pelo seu peso no PIB brasileiro, quer pela geração de atividade econômica, pelo crescimento que essa atividade econômica possa ter, e também pela geração de poupança que está naqueles 16, 17% que são gerados, uma parte e acredito expressiva daquele número provém do resultado das exportações brasileiras. E há dois fatos aí que merecem uma atenção e uma preocupação grande. O primeiro deles é um certo cansaço que começa a se manifestar, fica claro quando diz respeito aos saldos da balança comercial desses últimos três, quatro meses que foram apresentados. Há uma... Claramente isso devido a essa apreciação do real que faz com que as exportações tornem cada vez mais complicadas e as importações cada vez mais fáceis. Existe um problema que também preocupa muito a dependência ainda da geração desse saldo de algum tipo de produto da economia nacional.

No ano de 2006, o saldo da balança comercial foi 47,5 bilhões, se não estou enganado. Se não estou equivocado. Dos quais 43 foi gerado pelo agronegócio. No ano 2007, o saldo total da balança comercial foi 40 bi, e a balança comercial do agronegócio gerou um excedente de 50 bilhões. Ou seja, houve um consumo de resultado de saldo pelas atividades industriais do País. As atividades industriais consumiram resultado de saldo na balança comercial gerado pelo agronegócio. Evidentemente que essa questão dos agronegócios de um modo geral em particular e das commodities um pouco mais geral, vai depender muito de como será o desdobramento dessas crises que afeta já o mundo de modo mais geral e particularmente a economia americana.

Então o primeiro ponto que eu gostaria de deixar para reflexão é como V.Sª vê essa questão da apreciação excessiva do nosso câmbio de um lado, estimulando excessivamente as importações e dificultando cada vez mais as exportações, essa dependência que a economia nacional tem de um tipo específico de exportação que gera esses excedentes ainda importantes na vida nacional, então esse é o primeiro ponto, e evidentemente isso tudo está ligado a essa apreciação excessiva e importante do câmbio.

O segundo ponto é o seguinte, V.Sª disse que 20.7 é o aumento das importações acontecidas no ano 2007 em relação a 2006. A minha pergunta é o seguinte, quanto disso é bem de capital? Ou seja, quantos por cento disso significa investimento e expectativa de retorno e de compensação para esse crescimento importante das exportações brasileiras? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador João Tenório. O próximo é o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Sr. Presidente Eduardo Pereira Nunes. Só reforçar um tema que foi debatido no início das respostas de V.Exª, pelo interesse que nós temos como representante do Estado do Espírito Santo. A definição da linha divisória entre os Estados de Espírito Santo e do Rio de Janeiro, para nós é importante. Isso está lá em análise no estudo que o IBGE está fazendo. Mas, mais do que isso, acho que os debates dos critérios da redistribuição de royalties que aí compete ao Senado e ao Congresso fazer esse debate, junto com o Governo, com as empresas, é um debate importante, Presidente Aloizio Mercadante. Porque V.Exª abordou um tema aí importante. Se nós lembrarmos e recordarmos que esses critérios de distribuição de royalties foram implantados e estabelecidos numa época em que o petróleo, o barril custava 6, 5, 7 dólares, e hoje o barril de petróleo custa mais de 100 dólares, então acho que cabe um debate mais profundo aqui no Congresso sobre esta distribuição desses royalties. É um tema que a Comissão de Assunto Econômicos pode sem dúvida se dedicar sobre esse tema. Mas essa é apenas uma observação que eu gostaria de fazer. Mas Sr. Presidente do IBGE, a pergunta que eu faço, apesar de--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande, queria formular aqui de comum acordo, a partir da intervenção do Senador Jefferson Peres, Osmar Dias a minha e a sua, nós fazemos uma Audiência Pública proximamente convidando a Agência Nacional de Petróleo, a PETROBRAS e IBGE para fazer essa discussão dos critérios de repartição dos royalties e a partir dessa audiência nós pensarmos políticas específicas para essa questão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela Ordem, Sr. Presidente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu quero assinar o Requerimento junto com V.Exª e com os outros Senadores.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Gostaria que V.Exª acrescentasse também nessa discussão, nesse Requerimento os critérios de distribuição dos fundos de participação em função da condição demográfica de cada Município. Porque isso aí tem reduzido substancialmente e também aumentado substancialmente receitas municipais. Nós queríamos que V.Exª incluísse nesse Requerimento esse assunto: redução e acréscimo de receitas.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Os critérios de participação. Porque aí esse também é um tema que eu tinha conversado com o Presidente Eduardo e eles têm um estudo já exatamente refletindo sobre esses critérios de repartição e os problemas que nós temos tido em relação a distribuição de--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): 444 Municípios Sr. Presidente perderam receita. Enquanto 403 ganharam. Queremos saber porquê.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele responde sobre isso. Mas podia fazer duas Audiências Públicas. Uma sobre o critério de repartição da receita municipal e outro sobre royalties. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu lamento não ter assistido a palestra do Sr. Eduardo Pereira Nunes, que estava assistindo uma palestra na Comissão de Educação sobre a educação na Espanha, versus Brasil. Um comparativo. Mas um assunto que V.Exª coloca aqui sobre a questão dos royalties, interessa e muito ao meu Estado em função da questão mineral. Então pediria a V.Exª que não víssemos apenas a questão do petróleo, mas ampliássemos para que nós pudéssemos ver, discutir e avaliar a questão da participação dos royalties também no setor mineral. Que a compensação hoje não é mais royalty, é a compensação por recursos minerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aí nós teríamos que fazer uma outra Mesa, mas chamando o DBRN, mas faremos as duas coisas. Vou pedir para preparar o Requerimento e formulá-lo. Senador César Borges.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom, ele não concluiu a argüição, mas pela ordem.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pela ordem, só reforçar aqui o que foi colocado pelo Senador Antônio Carlos Valadares, porque sabe muito bem o Presidente Eduardo Nunes, da preocupação dos Municípios brasileiros com essa distribuição do FPM que tem como base a estimativa da população feita pelo IBGE. Se no passado não tinha censo, se fazia uma interpolação, e aí muitos municípios se diziam perdedores. Foi solicitado o censo. Veio o censo. Hoje muitos Municípios se dizem perdedores porque não acreditam, não têm confiabilidade nos métodos... Veja bem, eu estou dizendo apenas o que eu ouço nas bases municipais. Nos métodos do IBGE. Tanto que há uma proposição que foi aprovada no Senado, do Senador Romero Jucá, prorrogando a entrada desses índices para os próximos anos. Está na Câmara. No passado se pedia exatamente para se fazer o censo. Feito o censo, passa-se para adiante os índices porque grande número de Municípios foram prejudicados ou se sentem prejudicados. Então nós temos que termos um norte, uma linha de conduta com relação a essa definição do censo da população para a definição de FPM. Então é um assunto que está na pauta permanentemente, Sr. Presidente, e temos que fazer uma reunião para esclarecer esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Faremos uma audiência específica. Vou só retornar a palavra com o Senador Renato Casagrande. Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, para esgotarmos esse tema das dúvidas quanto a serem corretamente aquinhoados ou não os Municípios, Dr. Eduardo, devo dizer que meu Estado não foge a essa regra. Agora eu queria acrescentar alguns argumentos a essa grita, ou seja, os atendimentos hospitalares aumentam, as matrículas escolares também, o Município dá todos os indicadores que teve um acréscimo e não decréscimo de arrecadação. E mesmo assim o veredicto do IBGE é no sentido de que houve decréscimo de população contrastando com esses indicadores todos que a meu ver não são definitivos, nem tem métodos tão acreditado quanto o que nós queremos manter acreditado do IBGE, é uma grande instituição, uma instituição do Estado importante, relevante, com números que refletem a própria democracia brasileira, afinal de contas eu olho para China e vejo porque é que o Brasil tem vantagens comparativas em relação à China. Eu não confio no IBGE chinês e eu me sinto tentado a esgotar todas as minhas possibilidades de continuar acreditando no IBGE brasileiro por entender que isso nos ajuda enquanto País nas nossas negociações com o exterior. Mas o fato é que mais matrícula, mais atendimento hospitalar, médico hospitalar, mais atendimento clínico, uma série de indicadores e o consumo do comércio maior... Tudo leva a crer que mais pessoas estariam residindo naquele Município. Aí vem o IBGE e diz que tem menos pessoas. O que faz com que Município deixa de executar investimentos significativos, Municípios pobres, meu Estado tem todos os... Tem Municípios... Manaus é um

Município bem aquinhoado, os demais não, com exceção de Quari por causa dos royalties petrolíferos e futuramente os royalties do gás. Mas os demais municípios são todos sem exceção pobres. Uns menos, outros mais pobres. E qualquer diferença para menor tumultua planejamento, prejudica políticas sociais, e eu gostaria muito de trazer a V.Exª essa preocupação, e o cotejo que faço entre os números do IBGE que eu respeito e dados que eu verifico nos meus próprios olhos de Parlamentar do Estado do Amazonas. Aumenta tudo que é indicador levando a crer que a população também aumentou. E a população diminuiu segundo o IBGE. E com o acréscimo, até hoje sou uma pessoa frustrada porque nunca fui até hoje recenseado. Supostamente... E isso é coisa antiga. Eu não posso nem dizer que é perseguição do Governo Lula, porque já vem desde que eu existo como gente, nunca fui recenseado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande, retomando a intervenção.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Aloizio Mercadante. Só para reafirmar, eu acho que tem sugestões e audiências públicas diversas. Mas para nós não perdermos o foco, acho que devemos fazer a primeira Audiência Pública, separarmos, fazermos mais de uma Audiência Pública para que a gente possa tratar de forma mais detalhada cada assunto desse.

Mas Sr. Presidente Eduardo Pereira Nunes. Nós estamos acompanhando o debate com relação ao crescimento do PIB brasileiro, a alegria da população brasileira, do Governo com a taxa de crescimento do ano passado. E agora começamos a acompanhar efetivamente a preocupação com o consumo em excesso, das famílias e que isso pode provocar um tensionamento, provocando um desequilíbrio e provocando um descontrole da inflação e o Governo manifestando as suas preocupações com relação ao financiamento num prazo muito longo como nós estamos vendo os debates nesses últimos dias, nessas últimas semanas. O que se coloca e que se faz de crítica, primeiro, assim, a crítica ao processo de crescimento brasileiro porque ele não se sustenta uma vez que não tem investimento em infra-estrutura. E não tendo investimento em infra-estrutura, não tem como continuar um crescimento que se sustente a mais de 5% ao ano. A segunda crítica que se coloca é a crítica do gasto excessivo do Governo. O Governo está gastando demais, não adianta o Governo querer controlar o crédito se não tem controle do Governo sobre os seus gastos. Também, dentro dessa reflexão, sabendo que parte do crescimento brasileiro, e parte da capacidade do consumo das famílias brasileiras, se deve também ao gasto do Governo. E o Governo tem programa social consistente, capilarizado, que atinge a milhões de brasileiros, isso provoca uma capacidade de consumo. E esse consumo interno se aumentou como um dos itens devido ao programa do

Governo que acaba entrando como gasto do Governo. Então a critica se faz, na verdade é um dos pontos que é um incentivador, uma vertente que causa o crescimento. Qual é o ponto de equilíbrio para a infra-estrutura que nós temos hoje instalada, e para a capacidade de produção que nós temos instalada, qual é o ponto que nós temos de equilíbrio? Se falava que era de 3%, 3,5%, mas não podia crescer mais do que isso. Agora chegamos a cinco, e agora já ouvi alguém dizendo no meio de comunicação desse que não pode passar de cinco senão vai causar inflação. O IBGE tem alguma observação a fazer com relação a esse tema tão complexo que é um tema que tem que orientar o nosso trabalho também aqui na Comissão de Assuntos Econômicos?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Renato Casagrande. Próximo inscrito, Senador Valadares. Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu louvo a atitude de V.Exª em conceder aos Senadores dessa Comissão mais uma oportunidade na discussão de um tema tão relevante quanto a da estimativa populacional dos Municípios realizada através de levantamentos do IBGE, estimativas essas que redundaram na posição, na mudança de posição das receitas de muitos Municípios brasileiros. Eu enfatizo essa questão de vez que a introdução do GPS como uma ferramenta moderna para determinar os limites territoriais, é sem dúvida alguma é uma iniciativa louvável do IBGE. Entretanto, eu considero que como se trata de uma coisa nova no Brasil, eu acho que esses levantamentos com base nessa nova tecnologia não poderiam ser considerados inflexíveis, ou passíveis. Poderiam ser considerados passíveis de erro. De vez que a introdução desse método é, como eu disse, uma novidade no sistema de levantamento no Brasil.

Eu posso citar um caso específico, eu já falei num discurso aqui, de dois Municípios limítrofes no Estado de Sergipe. Do Estado de Sergipe e do Estado da Bahia. O Município de Paripiranga, que é do Estado da Bahia, em função desses levantamentos teve reduzido o seu fundo de participação. Apesar de ter tirado, segundo o levantamento do IBGE, quatro Municípios do Estado de Sergipe. Quatro povoados do Município do Estado de Sergipe. Quer dizer, os dois Municípios, tanto o Município de Simão Dias que perdeu os quatro distritos ou povoados, como o de Paripiranga, tiveram por esse levantamento redução de receita. Ora, eu fui Governador do Estado. Do Estado de Sergipe. E realizei muitas obras nesses povoados a que eu me referi no Município de Simão dias. Os Prefeitos realizaram obras de construção de escolas, de postos de saúde, implantação de serviço de energia elétrica... E o Município Paripiranga nunca reconheceu esses povoados como pertencentes ao seu território. Entretanto, o IBGE depois de 30 anos onde o Município de Simão Dias não sofrera qualquer redução no fundo de participação, agora teve uma redução drástica, passando de 1,8 para

1,6. E nós não vamos colocar a culpa no Tribunal de Contas da União. Porque o Tribunal de Contas da União apenas recebe as informações técnicas que são fornecidas pelo IBGE e em razão disso estabelece os novos limites de distribuição dos fundos de participação. Então não vou fazer pergunta porque vou me reservar para a audiência já acertada, acordada com o Presidente Senador Aloizio Mercadante, mas eu quero dizer que eu lamento que os recursos não são levados em consideração. De redução do fundo de participação dos Municípios. O IBGE considera intocável o seu método. E não admite recursos. Acho que só um Município que ganhou até agora. Quer dizer, essa inflexibilidade, a meu ver, não tem cabimento. Eu já fiz um protesto da Tribuna do Senado Federal a esse respeito, afirmando que nada é intocável no Brasil. Quanto mais um satélite que fica lá em cima sem saber o que está passando lá embaixo, a população viva, atuante, de repente é transladada para outro Estado e, ao invés de naquele momento ter a sua certidão de nascimento de um determinado Estado passa a ser de outro Estado através desse levantamento que é feito... Que foi feito recentemente o ano passado pelo IBGE.

Portanto a minha palavra aqui é de protesto. Porque os Municípios, pelo menos no que eu sei, não têm sido atendidos nos seus recursos. Têm recorrido, Sr. Presidente Mercadante, à justiça do Brasil. Alguns juízes concedem liminares. Mas, isso aí não é certo. Acho que liminar não é certo. Quando há protesto no Município, acho que o IBGE deveria ir lá de novo. Conversar com a comunidade, verificar se realmente aquelas informações técnicas do satélite correspondem com a verdade e não simplesmente feito o levantamento tudo fica resolvido e não há recursos. A não ser na justiça. Portanto, meu protesto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Valadares. Senador Eduardo Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, quero cumprimentar o Presidente Eduardo Pereira Nunes pelo IBGE, pela qualidade do trabalho, de toda a sua equipe e dedicação e que está de acordo com a tradição da contribuição do IBGE de todas as pessoas que fizeram do IBGE ao longo de sua história uma entidade com tamanha credibilidade e isso é muito importante para todos nós que acompanhamos os dados econômicos de população, sociais e assim por diante.

Algumas perguntas: Primeiro, agradeceria se puder nos informar a respeito da modificação no cálculo da população brasileira porque até o ano passado, eu sempre acompanho e quase que... Quer dizer, de quando em quando acesso o IBGE para saber quantos somos, e até o ano passado estávamos com uma população próxima de 189 milhões, e agora, por exemplo, há pouco acessei a página do IBGE e está dando...

Porque muda a cada minuto ali. Mas há 10 minutos atrás era 186 milhões, 479 mil, 719. Talvez já esteja em setecentos e vinte e pouco. Mas eu agradeço se puder nos explicar, houve então uma re-estimativa no ano passado que diminuiu um pouco a população? É essa a população correta? Poderia nos informar diante desta nova estimativa de aproximadamente 186 milhões, 480 mil que se o IBGE tem a estimativa, por exemplo, qual será a população brasileira para ano de 2010, que será o ano quando terminará a gestão do atual Presidente Lula, porque sempre um marco importante sabermos ao final da década, 2010, qual será a população e quais foram os fatores que levaram a essa nova estimativa.

Segundo, com respeito a esta evolução de natalidade, nós tivemos uma diminuição muito significativa para o ano 1940, por exemplo, a taxa de crescimento de natalidade era da ordem de 6,2 e agora 2,2. 2,0, atualmente, de natalidade de crescimento da população está em torno de 1,3, é isso? Presentemente. Muitas vezes, nos debates que tenho tido com os mais diversos segmentos da população, por exemplo, no debate sobre a questão dos programas nacionais, de transferência de renda e a perspectiva de um dia termos conforme prevê a Lei 10.835 a renda básica de cidadania, muitas vezes eu recebo a seguinte pergunta. Isso é muito comum. Mas, Senador, como é que vai ser o efeito de um programa de garantia de renda para toda a população? Não haverá com isso efeito sobre a natalidade? As pessoas, as famílias eventualmente as mães será que passarão a ter mais filhos por causa da garantia de uma renda como um direito à cidadania? Eu vou dizer ao senhor, a resposta que normalmente eu digo, mas eu gostaria de saber a sua. Normalmente eu respondo que a evolução que nós estamos vendo aqui está a indicar que quão maior a renda e com o progresso do Brasil, o progresso da renda per capita, obviamente com maior grau de informação, maior grau de educação, as famílias têm maior acesso à informação, maior conhecimento e maior possibilidade de estarem planejando o tamanho de suas famílias. E, portanto, se houver a garantia para todos de uma renda básica como um direito à cidadania, vai se ampliar a possibilidade de escolha, de informação, de educação destas pessoas. Então, não deveríamos ter esse tipo de preocupação. Eu, por exemplo, avalio que não seria este um obstáculo para nós chegarmos a isso. Mas eu agradeço se puder ter a sua avaliação, se é coincidente com a minha. E do ponto de vista dos programas sociais presentes, como o Bolsa Família, qual a sua avaliação? No que diz respeito à questão dos royalties, eu gostaria de até recordar aqui aos Senadores que houve a aprovação da um Projeto de Lei de minha autoria que aprovado unanimemente no Senado, foi para a Câmara dos Deputados e está lá tramitando, que institui o Fundo Brasil de Cidadania exatamente para um dia haver os recursos suficientes para se pagar a toda e qualquer pessoa no Brasil, hoje seriam 186 mil e 500 milhões, quem sabe em 2010 o número de

pessoas que V.Exª nos informar, mas... E o projeto que institui um Fundo Brasil de Cidadania já está na última Comissão, em caráter terminativo na Câmara dos Deputados, na Comissão de Finanças e Tributação, onde o Relator é o Deputado Ciro Gomes, que está por concluir o seu parecer possivelmente favorável, mas que diz que 50% dos royalties decorrentes à exploração dos recursos naturais, 50% da receita de concessão de serviços públicos, 50% dos aluguéis de imóveis da União e outras receitas serão destinadas a esse fundo que um dia proverá o pagamento a todos de uma renda básica de cidadania para todos os residentes, toda a população brasileira. E...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Concluindo, Eduardo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Gostaria de finalmente perguntar como o País tem neste bimestre último o maior déficit desde 1947, nas suas transações com o exterior, da ordem de 6.3 bilhões de dólares, a previsão para 2008 do Banco Central, no déficit nas transações do País com o mundo mais do que triplicou em vez dos 3,5 bilhões de dólares estimados há três meses, o déficit agora se prevê em 12 bilhões. Ou cerca de 1% das riquezas produzidas pelo País após cinco anos de superávit.

Diante deste quadro, desta evolução e dos dados apresentados por V.Sª, que recomendações teria o IBGE para... E que previsões têm acerca do comportamento futuro das contas externas e que recomendações teria. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Eduardo Suplicy. Agora para concluir a fase de argüição, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, Presidente Eduardo Pereira Nunes, em novembro de 2007 o Senador Tasso Jereissati encaminhou Requerimento de informações ao Ministério do Planejamento solicitando informações referentes ao valor corrente do PIB por Município decomposto por sub setor da atividade com a máxima desagregação disponível. Foram solicitadas ainda informações relativas ao valor adicionado de cada Município constante do anexo metodológico do IBGE. O objetivo era subsidiar o Relatório da Subcomissão de Reforma Tributária que, aliás, já vai ter esse Relatório exposto pelo Senador Francisco Dornelles nos próximos dias. Mas essas informações foram dadas de forma incompleta. Os únicos dados disponibilizados foram os que já constam do sítio do IBGE, com desagregação por grandes setores impostos para o ano de 2004. No tocante ao valor adicionado de cada Município, o IBGE limitou-se a afirmar que, aí eu abro aspas para sua resposta. “Tais variáveis são efetivamente utilizadas na sua construção. Ou seja, fazem parte apenas do processo de elaboração dos números finais, não se constituindo informações per si”.

Muito bem, Sr. Presidente, toda informação final passa por um processo de coleta e elaboração de dados. Antes disso, não se constitui em informação de per si, obviamente. O que valeria para quase todos os dados divulgados pelo IBGE. Por isso é que nós relutamos em considerar aceitável essa justificativa. E ainda, Sr. Presidente, aproveito a sua presença na Comissão de Assuntos Econômicos, em tão boa hora pela Audiência Pública marcada pelo Presidente Aloizio Mercadante, para solicitar a V.Exª, V.Sª, V.Exª, que me responda o seguinte. Que, aliás, faz parte também de uma conversa telefônica que o senhor teve com o Senador Jereissati. Nós precisamos do valor corrente do PIB por município decomposto por subsetor de atividade. O senhor disse que quando viesse aqui traria essas informações prontamente. Segundo me relatou o Senador Jereissati.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Só para informar, nessa conversa telefônica com o Senador Jereissati ficou combinado que ele faria um convite ao IBGE para uma audiência ou uma reunião técnica, não sei exatamente o formato dessa reunião, em que nós explicaríamos... Daríamos as explicações a respeito do ofício encaminhado para somente depois dessa conversa fazer a resposta por escrito. Porque por telefone eu já havia respondido.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Se o senhor pudesse de alguma forma adiantar e depois nós veríamos a sua resposta por inscrito, enfim. Mas muito bem, Sr. Presidente, valor adicionado de cada Município com a seguinte desagregação. Esse dado consta do anexo metodológico do IBGE e nós gostamos de recebê-lo meio magnético. Primeiro, indústria de informação, saída de produtos, construção civil, pessoal ocupado é o segundo item, terceiro item serviço de utilidade pública, quantidade de energia elétrica consumida. Quarto, comércio, saída de mercadorias; quinto, comunicações, número de terminais; sexto, serviços financeiros, aplicações e depósitos; sétimo, serviços prestados as empresas montante estimado a partir das demais atividades econômicas; e oitavo demais serviços, o mesmo montante estimado. São essas, portanto, Sr. Presidente as minhas considerações a respeito do tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Arthur Virgílio. Só queria então informar aos Senadores o Requerimento.

Requeiro nos termos regimentais sejam convidados para uma Audiência Pública o Sr. Sérgio Gabrielle, Presidente da PETROBRAS, Aroldo Borges Rodrigues Lima, Presidente da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível, e Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, a fim de debater os critérios técnicos de repartição dos royalties provenientes da atividade de exploração petrolífera.

Então acho que todos estão de acordo, nós aprovaríamos. Também aprovaríamos um requerimento convidando o IBGE e o DPRN, eu vou ver exatamente quem é o responsável, mas acho que deve ser o DPRN, ou o DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral para nós fazermos a discussão proposta pelo Senador Flexa Ribeiro. E tem dois outros requerimentos de audiência. Um, audiência do Secretário da Receita Federal, Jorge Rachid e Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Luis Inácio, a fim de instruir deliberações do Projeto de Lei do Senado 646/99. E uma Audiência Pública convidando o Ministro da Fazenda, o Secretário do Tesouro Nacional, o Ministro da Previdência e Secretaria de Políticas de Previdência Social para instruir o Projeto de Lei nº. 58 do Senado e o Projeto de Lei nº. 296/03 também do Senado Federal.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu peço licença a V.Exª e ao Dr. Eduardo, para me retirar, mesmo após ter feito tantas indagações, o Senador João Tenório receberá as explicações por mim até porque nesse momento eu recebo a visita do Presidente do Senado boliviano. E devo estar presente. Mas o Senador João Tenório receberá as informações e depois nós processaríamos a forma de termos isso por meio magnético de modo a ajudar na confecção do que seria proposta do Senado de Reforma Tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Arthur Virgílio e vamos então... Só queria então aprovação dos requerimentos que foram apresentados.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sobre os requerimentos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Relativamente ao Requerimento sobre a destinação--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aí falta uma audiência sobre o Fundo de Participação dos Municípios. Então faço também--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Relativamente ao projeto... Relativamente aos royalties, ao Requerimento. Gostaria de sugerir, na medida em que o Deputado Ciro Gomes é autor do parecer que está examinando o projeto referente à destinação de royalties aprovado pelo Senado, tramitando na terceira e última Comissão em caráter terminativo na Câmara dos Deputados, quem sabe fosse

interessante ele participar deste diálogo como autor do parecer. Deixo a idéia--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que não tem sentido. Esse é um Projeto de Lei que altera o critério de repartição. Pode ser discutido na Audiência Pública, seguramente assim o fará. A audiência que está sendo pensada, hoje existe um critério técnico de repartição. Como é que se calcula a fronteira entre os Estados em função da localização dos postos(F)... Na audiência nós podemos discutir os critérios, mudanças de critérios e intervenções.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então aprovado os três requerimentos, e incluo também o Requerimento que vai tratar do Fundo de Participação dos Municípios. Peço também aprovação desse Requerimento. Quatro audiências que nós teríamos que fazer. Agora vamos à apresentação final do Presidente Eduardo Pereira Nunes para nós concluirmos essa nossa--

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Eu vou começar essa parte falando dos critérios de população e aí eu espero responder não só ao comentário do Senador Renato Casagrande, a pergunta do Senador Suplicy, a solicitação, o comentário feito pelo Senador Flexa Ribeiro, pelo Senador Antônio Carlos Valadares e pelo Senador Arthur Virgílio sobre a questão de população.

Primeiro, o Senador Arthur Virgílio, quando ele diz que ele ainda não foi recenseado, isso não é um problema. Porque o IBGE não entrevista as pessoas. O IBGE visita o domicílio. E no domicílio pergunta ao responsável pelo domicílio sobre as características da população. Eu até apresentei um dado onde cada vez mais a mulher, pelas suas responsabilidades na família e no trabalho, ela tem assumido essa responsabilidade.

Então, em geral quem responde o questionário do IBGE é aquela pessoa que reside e está freqüentemente na casa. Ou a mulher, ou filho com idade adulta para poder dar as respostas, e poucas vezes nós vamos encontrar o Senador Arthur Virgílio, porque certamente o seu domicílio de residência é em Manaus, e ele está sempre em Brasília. Então ele vai ser contado uma única vez. E nessa vez é o domicílio da sua família.

Então, cada qual vai estar sendo entrevistado num único lugar. E naquele lugar onde for apontado como seu domicílio permanente, todos os membros da família serão recenseados. Então é muito provável que não só o Senador Arthur Virgílio não tenha sido recenseado pessoalmente, como muitos dos outros que estão presentes aqui. Porém, o IBGE tendo a certeza de que o trabalho estava gerando uma série de dúvidas, e aí já respondendo ao questionário feito pelo

Senador, o IBGE responde sim. Tanto é que a legislação e o Tribunal de Contas da União estabelece que o IBGE tem que entregar ao Tribunal de Contas da União o resultado da população no final do mês de setembro. E o IBGE eu pessoalmente acertei com o Ministro do Tribunal de Contas da União o adiamento da entrega da população por mais um mês para que o IBGE pudesse retornar a todos os domicílios, a todos os Municípios que questionaram a nossa população, nós fomos a campo e fizemos muitas alterações sim, não foram poucas não, foram muitas alterações inclusive no Município de Manaus que nós prosseguimos a coleta por mais duas semanas, até porque eu expliquei ao Senador Arthur Virgílio porque há no bairro de Ponta Negra, no Município de Manaus, um condomínio de população de alta renda onde a grande maioria dos moradores se recusavam a receber o entrevistador do IBGE para dar a resposta. Nós não terminamos o trabalho enquanto não conseguimos concluir aquela atividade. E para concluir, para ter a certeza de que no domicílio havia morador, eu pedi ao Ministro Paulo Bernardo para que intercedesse junto ao Presidente da ANEEL, a Agência Nacional de Energia Elétrica, para colocar o IBGE em contato com todas as empresas de energia elétrica para que essas empresas dessem ao IBGE o cadastro dos moradores ativos para nós verificarmos se no domicílio encontrado pelo IBGE e que o nosso recenseador declarava estar fechado, se a agência de energia elétrica informava ter havido consumo diferente do consumo básico da assinatura naquele mesmo domicílio. Quando a empresa de energia elétrica fornecia informação, o nosso recenseador retornava ao domicílio e fazia a entrevista. Por que então 444 Municípios tiveram queda de população? Bom, 444 tiveram queda, outros 400 Municípios tiveram aumento, e mais 1.300 Municípios também ganharão mais do que ganharam em 2007 porque perdem a redução do fator redutor que era aplicado pela legislação até o ano de 2007.

Então, a conta exata não é 444 perdem, 403 ganham. É 444 efetivamente perdem, 403 ganharão mais, e outros 1.300 ganharão o que já deveriam estar ganhando em 2006, 2004, 2005, e não ganham porque há uma lei que prorrogou a sua aplicação para o ano de 2008. Então no ano de 2008, o que diz a lei é que todos esses 1.700 Municípios terão que ganhar mais do que ganharam no ano de 2006. Concretamente 444 perderão.

Agora, o que nós precisamos também ter em mente é que a população brasileira não decresceu, e já respondendo ao Senador Suplicy, e aí eu vou dar os dados, em 2000, quando foi feito o censo demográfico, o Brasil tinha 169 milhões de habitantes. Em 2007, com a contagem da população, o Brasil atingiu 183 milhões e 900 mil. Hoje já são 186. Exatamente. Em julho do ano passado, eram 184.

Então, de 169 a 184, foram 15 milhões de habitantes novos no nosso País, novos para além daqueles que nesse período também

morreram e outros que emigraram, tivemos um ganho populacional de 15 milhões de habitantes que dá mais de dois milhões de habitantes por Município. Entretanto, o Brasil é um País onde a sua população ainda não está estabilizada. 40% da população brasileira mora num Município diferente daquele que nasceu. Isso revela o fluxo migratório interno. A cada ano 15 milhões de pessoas mudam de Município e de cidade. Mudam de Município. Conseqüentemente eu preciso verificar para onde foram os 15 milhões que nasceram de 2000 para 2007, e como circularam aqueles 169 milhões que já existiam. E esse fluxo migratório mostra cidades crescendo e mostram cidades decrescendo. Concretamente eu tenho cidades com queda de população. O IBGE não é arrogante a ponto de não aceitar nenhuma explicação. O IBGE inclusive prorrogou a sua coleta por mais um mês para atender a todas as solicitações. Atender não significa rever e mudar o número em todas. Muitas foram mudadas e eu vou encaminhar inclusive o relatório para o Senador Mercadante para que possa fazer a distribuição para todos os membros dessa Comissão para poder ver qual foi a publicação inicial feita pelo IBGE em 30 de setembro e a enviada em 14 de novembro para o TCU com as alterações.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu posso interromper o convidado?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Dr. Eduardo, eu compreendo que o IBGE é uma instituição no Brasil muito respeitada, sem dúvida alguma, mas no que diz respeito aos assuntos a que eu me referi, pelo menos em relação a aqueles dois Municípios, o IBGE deixou muito a desejar. Porque veja, o Município de Simão Dias, Estado de Sergipe, recebeu do Prefeito de Paripiranga que estava ganhando quatro povoados, um documento afirmando que jamais aqueles povoados pertenceram a território de Paripiranga no Estado da Bahia. E toda a defesa foi feita... Não foi com base na informação do Prefeito vizinho. A defesa foi feita com base num território que existia há mais de 30 anos. E que nunca foi contestado. Investimentos altíssimos foram feitos pelo Governo do Estado, pelo Governo do Município e nada disso foi levado em consideração. Apenas um satélite chegou ali e determinou. E o recurso que foi feito pelo Prefeito municipal, e não consta, pelo menos não me chegou essa informação de que o IBGE tivesse feito um outro levantamento. Eu não me recordo. Pelo menos essa é a informação que eu recebi do Prefeito de Simão dias. O recurso foi feito, o Tribunal de Contas deu uma liminar, pela primeira vez, eu acho, deu uma liminar e determinou ao IBGE que confirmasse ou não os levantamentos feitos. E V.Exª confirmou. Agora não sei se antes dessa confirmação o IBGE esteve lá no Município para fazer um novo levantamento.

Então, é isso que eu achei. Que a decisão que V.Sª tomou foi uma decisão irrecorrível, do ponto de vista administrativo. Foi preciso o prefeito entrar na justiça, esse caso está na justiça. Porque o Prefeito não se conforma que tenham sido retirados quatro povoados que tradicionalmente eram pertencentes ao Estado de Sergipe.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria sugerir a V.Exª depois encaminhasse formalmente ao Presidente essa informação e evidentemente na Audiência Pública nós trataremos no caso específico.

Vamos agora concluir a nossa intervenção e faremos essa discussão da repartição da população nos Municípios que é de grande interesse, de pelo menos 400 Municípios que perdem e 1.400 que ganham. Porque nós fizemos a aprovação daquela lei, inclusive eu participei diretamente, com a informação de que não havia... Que havia consenso no Governo sobre aquele encaminhamento. E na realidade estou vendo que não havia consenso com o IBGE de adiar o critério de repartição, nós acabamos prejudicando 1.400 cidades. Mas de qualquer forma trataremos com profundidade esse tema na audiência específica.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Então eu gostaria de voltar à pergunta do Senador Suplicy sobre os motivos da alteração das projeções de população.

Bom, para antes da contagem efetuada em 2007, o IBGE trabalhava com parâmetros de evolução demográfica apoiados no censo de 2000, no censo de 91 e censos anteriores, e com algumas características importantes. Primeira delas, o número médio de moradores por domicílio no Brasil no ano de 2000 era de 3,92 moradores. Tanto é que todos os senhores sabem, a gente sempre quando fala sobre domicílio, qual é a conta que se faz? Quatro moradores para cada casa. E essa conta de quatro moradores para cada casa vem desse número 3,92 moradores por domicílio. Entretanto, a contagem da população revelou que no lugar de 3,92 moradores por domicílio, nós encontramos 3,55 moradores por domicílio. Multiplicando essa diferença de 0,4 por 50 milhões de domicílio, nós vamos encontrar a diferença entre os 189 milhões que o IBGE projetava anteriormente para o ano de 2007 e chegamos não a 189, mas a 184. Primeiro fator explicativo. O número médio de moradores por domicílio diminuiu. Logo, a projeção de população tem que ser revista. Revista também, porque a taxa de fecundidade alterou. Por isso que quando o senhor citou 2,2, eu comentei, não é 2,2, já é 2,0. E essa taxa era de 2,3 no censo demográfico de 2000. Então o número médio de filhos que a mulher brasileira tem está diminuindo.

Então, se cada mulher tem um número médio de filhos e inclusive os arranjos domiciliares e matrimoniais e familiares no País estão mudando. E cada vez eu tenho mais domicílio com um único morador, já são 9% de domicílios no País com um único morador, isso já é outra

indicação de que a taxa de fecundidade brasileira vai continuar decrescendo. E essa é uma tendência, voltando à questão que o senhor colocou sobre os programas de garantias sociais, numa sociedade com a fecundidade crescendo, com a urbanização atingindo 84% da população, com a mulher entrando cada vez mais no mercado de trabalho e com os conhecimentos de todas as práticas de planejamento familiar e de práticas anticoncepcionais, a garantia de renda não é garantia de reprodução da família. Até porque essa família hoje é mais informada, mais consciente e pode fazer mais escolhas. Portanto, o filho indesejado haverá de diminuir. Indesejado no sentido de não ter sido planejado. Haverá de diminuir. Conseqüentemente esse hábito não muda só porque a família ganha mais ou ganha menos. Principalmente porque não ganhará também nenhuma fortuna. E como o Senador Casagrande perguntou a respeito do impacto desses programas de renda mínima do Governo sobre o padrão de consumo da população, nós precisamos lembrar que uma família recebe no máximo pelo Programa Bolsa Família 95 reais. Então 95 reais ela não vai comprar um iate, não vai comprar televisores, não vai fazer turismo no exterior. Ela vai comprar alimento, produto básico de subsistência para ela e para a própria família.

Então, isso garante melhores condições de vida para a população de renda mais baixa sem causar impacto excessivo sobre o consumo, sobre o ritmo de crescimento da economia e muito menos sobre a inflação. Essa lógica não existe.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Agora o valor máximo, se me permite, é 172, por quê?

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Porque tem os outros programas somados...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): 54 mais 58 mais 30 e mais 30.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Exato. Somando são 178 por família.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com maior renda haverá maior conhecimento, maior planejamento e assim por diante.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Justamente, e por conseguinte menor a desigualdade social. Nós temos que fazer escolhas. Se nós queremos reduzir o padrão de desigualdade, se nós queremos tirar o Brasil do clube dos países mais desiguais, e colocá-lo também do ponto de vista social como já estamos, do ponto de vista econômico com os mais desenvolvidos, teremos que desembolsar recursos. E os recursos gastos hoje com esse tipo de programa têm apresentado resultados eficazes, sim. Eu não posso adiantar agora, porque o IBGE sexta-feira vai publicar o suplemento da PNAD de 2007, da PNAD de 2006 sobre os programas de transferência de renda e o seu impacto sobre o trabalho

infantil, sobre a educação e sobre a organização do trabalho da mulher dentro dos domicílios. Nós vamos observar influencia positiva. Sexta-feira.

Então, é uma ação que vem se dando há muitos anos e que vem apresentando resultados. Os resultados são muito mais efetivos do ponto de vista social do que do ponto de vista econômico imaginar que haverá bolha de consumo ou escassez de produtos na economia porque essa parcela da população está sendo pela primeira vez inserida ao mercado consumidor. Eu pessoalmente não acredito nessa hipótese.

Entretanto, como o crescimento da economia cresce e o consumo cresce em todas as faixas de renda, e não só da população de baixa renda, é claro que a preocupação entre oferta e demanda tem que estar presente, e se não houver a correspondência concreta, pode haver escassez e, portanto, pressão inflacionária. Pode. Mas nada indica que esteja acontecendo. Por que não? Primeiro porque embora como o senhor citou o nosso saldo da balança comercial esteja caindo, quando nós vamos olhar para a balança comercial, o que nós percebemos é uma compra crescente não só de bens de capital, mas de bens de produção, vale dizer, máquinas, equipamentos e insumos. As máquinas e equipamentos geram capacidade produtiva futuro, e os insumos a capacidade produtiva no presente. Importações de bens de consumo também estão acontecendo. E é claro que o preço que se paga por isso é uma redução do superávit na balança comercial.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É só sobre aqueles 17%, quanto seria aproximadamente o crescimento dos bens de capital?

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Olha, eu não posso lhe dizer aqui porque não estou com esse número na cabeça. Mas eu dou a informação pela taxa de investimento da economia. A economia brasileira no ano de 2007 realizou... Cresceu a sua taxa de investimento em 13,4%. E são quatro anos consecutivos de crescimento acelerado da taxa de investimento da economia. Uma parte é de produção interna, outra parte de produto importado.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): [pronunciamento fora do microfone] e pediu desculpas ao Dr. Eduardo por não estar presente porque ele está preso em São Paulo em função do tráfego aéreo, de clima, não sei exatamente qual a razão.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Tá. Então, para encerrar, Senador, só queria dar o esclarecimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Dado o burburinho no Plenário, está preso pelo tráfego aéreo. Pra ficar bem explícito pela história do Senador Tasso Jereissati não podia ser outro motivo. Ele está propondo um seminário de Presidente do IBGE Eduardo Pereira Nunes e a Subcomissão para tratar de assuntos referentes à Reforma Tributária.

Então, é o Requerimento também que nós estamos aqui apresentando a ser encaminhado posteriormente. Pediria para o nosso Presidente concluir a sua intervenção.

Queria só terminar dizendo, eu fiz mestrado em economia na UNICAMP com o Eduardo há 30 anos atrás. Pouco mais de 30. E nesses 30 anos, se a gente observar com uma certa atenção...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não. São seus olhos. Precisa trocar a lente porque já não está enxergando tão bem. [risos] E nós fizemos mestrado, ele já era profissional do IBGE, já era especialista em métodos quantitativos, estatística, econometria, matemática, cálculo, sempre gostou dessa área, e desenvolveu toda sua vida profissional dentro do IBGE. Então é um profissional e conhece profundamente a instituição que está dando um grande impulso. Trouxe aqui uma apresentação de quem viveu com muita intensidade esses dados econômicos, sociais e demográficos, e parte desse entusiasmo que ele expressa na apresentação é meu também. Acho que são muito raras as conjunturas nesses 30 anos de história em que a gente combina democracia com o crescimento sustentável, com aumento da taxa de investimento, com melhoria nos indicadores sociais, demográficos, e que mostra que a trajetória do País é uma trajetória de aumentar produção ao longo dessa história, de melhorar os indicadores demográficos, sociais, e principalmente a melhora na distribuição de renda que eu acho que é fato absolutamente novo na história recente do Brasil e um grande, eu diria resultado que nós começamos a apresentar mudando os critérios de repartição da renda, diminuindo as desigualdades no País. E principalmente nesses dois últimos anos pela primeira vez em 60 anos a taxa de crescimento é maior que a taxa de inflação.

Eu me lembro uma apresentação anterior do Eduardo mostrando que de 1980 a 1994, nós tivemos 23 trilhões de pontos percentuais de inflação. A mais longa hiperinflação da história documentada. E conseguimos conquistar estabilidade da economia, estabilidade monetária e agora temos uma taxa de crescimento acima da inflação que eu acho que é uma grande conquista do povo brasileiro, da sociedade brasileira.

E com isso encerramos a nossa audiência, agradeço ao Presidente Eduardo e exatamente por essa consistente e competente apresentação do seu trabalho. Você já viu que já tem várias audiências e vai voltar para tratar de temas mais polêmicos, mas igualmente relevantes. Agradeço a todos e bom dia.

Só queria comunicar também a indicação do Senador Osmar Dias para integrar a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária como membro suplente na vaga do PMDB.

Sessão encerrada às 12h36.